

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

MARCOS ANTÔNIO LIRA

**GESTÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA NOS QUARTEIS DA POLÍCIA MILITAR
DE GOIÁS: Desafios e Práticas legais**

GOIÂNIA – GO

2025

MARCOS ANTÔNIO LIRA

**GESTÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA NOS QUARTEIS DA POLÍCIA MILITAR
DE GOIÁS: Desafios e Práticas legais**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação da Prof^a Dra. Reycilane Carvalho Silva

GOIÂNIA – GO

2025

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA NOS QUARTÉIS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: Desafios e Práticas legais

PHYSICAL INFRASTRUCTURE MANAGEMENT IN GOIÁS MILITARY POLICE QUARTERS: Challenges and Legal Practices

LIRA, Marcos Antônio*
SILVA, Reycilane Carvalho **

Resumo: A gestão de obras nos quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás requer planejamento estratégico, inovação, eficiência e observância das normas legais. Portanto, este possui como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos gestores nas obras do 18º Comando Regional da PMGO. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa, com método hipotético-dedutivo. Sendo realizada uma revisão bibliográfica, com análise documental e estudo de caso na 7ª Companhia Independente de Policiamento Especializado – CPE, em Uruaçu-GO. Entrevistas com gestores, pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de questionário com 16 questões objetivas a 51 policiais militares, entre março e abril de 2025. Os resultados indicaram melhorias na infraestrutura dos quartéis contribuem para a qualidade de vida dos profissionais e para a eficiência dos serviços prestados à população.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de recursos; Estruturas Físicas; Polícia Militar; Qualidade de vida.

Abstract: The management of works in the barracks of the Military Police of the State of Goiás requires strategic planning, innovation, efficiency and compliance with legal standards. Therefore, this study aims to analyze the challenges faced by managers in the works of the 18th Regional Command of the PMGO. This is an exploratory research, with a qualitative-quantitative approach, with a hypothetical-deductive method. A bibliographic review was carried out, with documentary analysis and a case study in the 7th Independent Company of Specialized Policing - CPE, in Uruaçu-GO. Interviews with managers, bibliographic and documentary research, in addition to the application of a questionnaire with 16 objective questions to 51 military police officers, between March and April 2025. The results indicated that improvements in the infrastructure of the barracks contribute to the quality of life of professionals and to the efficiency of the services provided to the population.

KEYWORDS: Resource Management; Physical Structures; Military Police; Quality of life.

*LIRA, Marcos Antônio, Bacharel em Direito pela UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, Especializando em Gerenciamento em Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: marcosantoniolira.lira@yahoo.com.br. **SILVA, Reycilane Carvalho, Pós Doutora em Direitos Humanos ligados a profissionais de Segurança Pública (UFG) e pós-doutoranda em Neurociência do Trabalho (USP)

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se percebido que uma boa infraestrutura carrega consigo o poder de influenciar o bem-estar das pessoas por meio da qualidade de vida que proporciona no contexto residencial, urbano e corporativo. Por este motivo, de acordo com a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO, 2025), a instituição vem buscando, de forma premente o aprimoramento de suas atribuições, investindo em recursos materiais, equipamentos, viaturas, educação profissional, especialização técnica e, especialmente, em estruturas físicas dos quartéis.

Entretanto, desafios legais, estruturais, financeiros, burocráticos e de falta de planejamento, impõe obstáculos que levam seus gestores a improvisar construções com recursos não provenientes do Estado. Com isso, observa-se construções e reformas de algumas unidades militares, sem provisão de recursos orçamentários, bem como a falta de conhecimento dos Gestores em angariar fundos de forma legal, proba e sistemática, resultando na criação de unidades policiais militares deficientes em suas infraestruturas, sua segurança e promoção de sua qualidade de vida laboral.

Contudo, o estudo justifica-se, pois busca conhecimento das exigências legais ou para evitar o trabalho burocrático, em virtude de alguns gestores, ao construir ou reformar instalações, não atenderem as reais necessidades dos policiais militares e da sociedade local. Diante desses impasses, essa pesquisa possui objetivou analisar os desafios enfrentados pelos gestores da PMGO, tendo como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos gestores nas obras dos quartéis do 18º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás e propor soluções eficientes e eficazes que possam ser implementadas na PMGO como um todo.

Para tanto, foi adotada uma abordagem exploratória com método hipotético-dedutivo, com pesquisa quali-quantitativa, sendo a bibliográfica como complementação teórica e a análise documental para coleta de dados. O estudo concentra-se na 7ª Companhia de Policiamento Especializado – CPE, pertencente ao 18º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás, na Região Norte de Goiás. Inclui entrevistas com gestores responsáveis por obras de infraestrutura, visando identificar melhores práticas e avaliar impactos na qualidade de vida e segurança dos policiais. Além do mais, aplicou-se um questionário virtual aos policiais militares da unidade para verificar se as melhorias estruturais influenciaram positivamente a qualidade de vida dos profissionais e a prestação de serviços à população.

O artigo estrutura-se em cinco tópicos: inicialmente, realiza-se uma revisão da literatura, abordando conceitos de gestão pública, qualidade de vida no trabalho e governança. Em seguida, apresenta-se o marco legal das obras públicas no Brasil e em Goiás, com destaque para a legislação vigente e suas implicações. No terceiro tópico, são discutidos os principais desafios na gestão de obras públicas na PMGO, incluindo entraves burocráticos, limitações técnicas e financeiras. O quarto tópico descreve a metodologia da pesquisa, que adota uma abordagem quali-quantitativa baseada em revisão bibliográfica, entrevistas e aplicação de questionário. Por fim, no quinto tópico, são apresentados os resultados e discussões, analisando as percepções dos policiais sobre as melhorias estruturais e seu reflexo na eficiência e bem-estar no ambiente de trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para que o administrador público possa desenvolver uma gestão adequada nas obras públicas, é imprescindível o respeito aos princípios básicos da boa governança. Nesse contexto, o modelo de gestão gerencial se apresenta como uma alternativa eficiente. Neste mesmo caminho, o gestor policial militar, ao realizar obras nos quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás, deve adotar medidas gerenciais que promovam a redução de custos, sem comprometer a qualidade das estruturas físicas da unidade. O objetivo primordial deve ser a entrega de resultados com máxima eficiência, proporcionando melhores condições de trabalho aos policiais militares.

Chiavenato (2014, p. 487) destaca que "o ambiente de trabalho deve proporcionar qualidade de vida, garantindo o bem-estar geral e a saúde dos colaboradores no exercício de suas funções". Segundo o autor, a qualidade de vida no trabalho (QVT) envolve aspectos físicos e ambientais que impactam diretamente na produtividade e na qualidade do serviço prestado.

Um ambiente organizacional estruturado adequadamente promove bem-estar psicológico e físico, resultando em maior satisfação dos servidores e, conseqüentemente, em uma segurança pública mais eficiente para a sociedade. Desta maneira, conforme a teoria de Chiavenato (2014, p. 488) pressupõe, os quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás devem considerar os fatores que compõem a QVT, especialmente no que diz respeito ao ambiente físico e psicológico do trabalho.

Além disso, Robbins (2016) destaca que o bem-estar dos trabalhadores está diretamente relacionado à produtividade, que, por sua vez, decorre da satisfação no ambiente de trabalho. Portanto, unidades militares com estruturas adequadas, incluindo alojamentos, refeitórios e áreas

de lazer dignas, são fatores essenciais para motivar os policiais militares e proporcionar um ambiente mais saudável e eficiente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, estabelece claramente que a dignidade da pessoa humana deve ser preservada a todos os indivíduos. Para contemplar essa diretriz, a Constituição Federal a incorporou no artigo 1º, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Neste aspecto, nota-se que a gestão das estruturas, especialmente no que se refere às obras e reformas dos quartéis, é de responsabilidade do quadro de oficiais. No entanto, apesar dos entraves administrativos e financeiros, os gestores militares, por vezes, recorrem a doações da iniciativa privada sem o acompanhamento de especialistas como engenheiros, arquitetos e construtores especializados realizando reparos ou construções que não atendem adequadamente às necessidades da unidade militar.

Observando a Constituição Federal de 1988, podemos notar que no caput do artigo 37, determina-se que o administrador público deve conduzir suas ações pautado pelos princípios da administração pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). Assim, a ausência de uma estrutura adequada e a insuficiência de recursos comprometem a capacidade do gestor de administrar eficientemente, gerando insatisfação e desmotivação nos agentes policiais. Esse cenário impacta negativamente na prestação dos serviços de polícia ostensiva dedicados à população goiana.

Nota-se neste aspecto que, a gestão de obras nos quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás enfrenta desafios significativos, especialmente na obtenção de recursos financeiros para adequação das instalações físicas. Esses desafios são agravados por processos excessivamente burocráticos, que dificultam a construção de unidades militares eficientes e funcionais para a segurança pública.

Embora a burocracia excessiva possa representar um obstáculo na gestão de obras dos quartéis da Polícia Militar, ela é necessária para garantir a lisura dos processos e evitar desvios de conduta. Conforme Weber (1999) preconiza sobre o burocrata racional, quando a burocracia é aplicada de forma técnica e eficiente, ela impulsiona os resultados, funcionando como uma engrenagem essencial para a organização e garantindo qualidade de vida aos agentes, que de forma particular se assentam no serviço de segurança pública.

A escassez de recursos financeiros para tais procedimentos e a necessidade de buscar novas fontes de financiamento para a modernização das estruturas militares representam um problema significativo que dificulta a adequação ideal dessas unidades. Para Kotler e Keller (2018), os recursos financeiros são essenciais para a consecução dos objetivos estratégicos, sem os quais qualquer ação está fadada ao fracasso e, por consequência, improdutora às expectativas de excelência da administração pública.

Logo, a gestão de obras em unidades militares deve estar alinhada às boas práticas de administração, conforme previsto na legislação brasileira. Segundo Kaplan e Norton (2004), por meio do *Balanced Scorecard*, o gestor deve eleger prioridades institucionais e, a partir delas, buscar os recursos necessários. Por este ângulo, a Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) pode estabelecer metas claras para manutenção e ampliação de suas instalações, garantindo os recursos essenciais à sua modernização, o que impinge ao gestor militar o dever de buscar novos setores para angariar recursos destinados às obras nos quartéis.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs), por exemplo, desempenham um papel fundamental na modernização das estruturas militares. Nessa lógica, Drucker (2002) afirma que os recursos podem ser adquiridos por meio da colaboração com outros setores da sociedade, e uma delas é através dos investimentos da iniciativa privada, possibilitando realizar melhorias significativas sem onerar excessivamente os cofres públicos e promovendo a celeridade administrativa também para aqueles que nela estão inseridos.

3. O MARCO LEGAL DAS OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL E EM GOIÁS

O marco legal das obras públicas no Brasil é composto por um conjunto de leis e normas que têm por finalidade regulamentar a contratação, execução, fiscalização e controle exercidos pelos agentes públicos brasileiros. Nesse sentido, foram elaboradas a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) (BRASIL, 1993), a Lei nº 10.520/2002 (BRASIL, 2002) e, posteriormente, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), instituído pela Lei nº 12.462/2011 (BRASIL, 2011).

No ano de 2021, ocorreram mudanças significativas com a promulgação da Lei nº 14.133/2021 (BRASIL, 2021), que trouxe à baila novas modalidades de licitação, como a concorrência, o concurso, o leilão, o pregão e o diálogo competitivo. Além disso, a nova legislação introduziu instrumentos auxiliares e reforçou a importância do planejamento, por meio de

mecanismos como a pré-qualificação, o credenciamento e o sistema de registro de preços, entre outros.

A nova lei inovou ao estabelecer regras mais rigorosas para a alteração de contratos, com ênfase na transparência, na gestão de riscos e no controle interno. Também desencadeou a criação no Estado de Goiás, da Lei nº 17.928/2012, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas no Estado; o Decreto Estadual nº 10.177/2023, que regulamenta a nova Lei de Licitações no âmbito do Poder Executivo estadual; o Decreto nº 7.880/2013, que disciplina normas complementares para licitações e contratos; e, por fim, a Lei Orgânica da Administração Pública Estadual, que organiza a estrutura administrativa e define suas responsabilidades.

4. OS PRINCIPAIS DESAFIOS NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS NA PMGO

A administração de obras públicas na estrutura da Polícia Militar de Goiás (PMGO) apresenta dificuldades recorrentes, como a burocracia, limitações financeiras e entraves administrativos. A ausência de planejamento contínuo e a dependência de parcerias externas tornam a execução de obras ainda mais complexa. Esses fatores impactam não apenas a eficiência organizacional, mas também as condições de trabalho e a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

Segundo o Entrevistado 1, da subseção de Arquitetura e Engenharia da PM8:

Uma estrutura adequada impacta diretamente na qualidade de vida dos policiais, oferecendo melhores condições de trabalho, ambientes saudáveis e seguros, além de maior eficiência nas operações. Quarteis bem planejados reduzem riscos ocupacionais, promovem bem-estar e contribuem para a motivação da tropa.

Alinhado a isso, a Portaria nº 02/2010 do Ministério da Justiça e o Programa Pró-Vida (Decreto nº 11.107/2022), previsto no artigo 42 da Lei nº 13.675/2018, reforçam o direito dos profissionais da segurança pública à saúde ocupacional e infraestrutura adequada.

A morosidade nos processos de licitação e aprovação de projetos compromete a agilidade das obras. Weber (1999) descreve a burocracia como uma estrutura racional e especializada, mas alerta que, sem técnicos capacitados, pode tornar-se um entrave à tomada de decisões urgentes. Essa realidade é intensificada na PMGO pela limitação técnica interna. Muitos responsáveis por coordenar obras não possuem formação em engenharia ou gestão de projetos, dificultando a

elaboração de cronogramas viáveis e o acompanhamento eficaz dos contratos. A ausência de ferramentas digitais também prejudica o monitoramento em tempo real.

Uma das soluções apontadas é a adoção da metodologia BIM (Building Information Modeling). Conforme destaca o Entrevistado 1, o BIM “reduz custos e aumenta a eficiência das obras”, ao permitir a integração entre todas as etapas do projeto por meio de representações tridimensionais inteligentes e dados centralizados. Kotler e Keller (2018) reforçam que, diante da escassez de recursos, é essencial priorizar investimentos com maior retorno e impacto positivo na rotina dos policiais.

Mesmo com estratégias de priorização, a irregularidade nos repasses orçamentários compromete a execução. Mattos (2010) afirma que falhas no planejamento e no controle estão entre as principais causas de baixa produtividade e perda de qualidade. Na PMGO, a rotatividade nos cargos de chefia e a ausência de uma política de longo prazo dificultam o planejamento estrutural. Muitas unidades carecem de diagnósticos técnicos atualizados, o que prejudica a priorização de investimentos.

Diante disso, torna-se indispensável buscar alternativas de financiamento. As parcerias público-privadas (PPPs) aparecem como solução viável para suprir as demandas de infraestrutura com mais agilidade. O Entrevistado 2, do setor estratégico, aponta como fontes viáveis: “orçamento estadual, emendas parlamentares, convênios com prefeituras, recursos do Ministério Público, Judiciário e da iniciativa privada”. Mattos (2010) acrescenta que, quando bem estruturadas, as PPPs podem otimizar recursos e acelerar entregas, desde que acompanhadas por mecanismos de controle e avaliação.

Investir em infraestrutura vai além de uma necessidade logística. Ambientes adequados influenciam diretamente a saúde, a motivação e o desempenho dos policiais, refletindo na qualidade do serviço prestado à sociedade. Maximiano (2017) destaca que, embora a administração pública exija rigor legal, é preciso equilibrar esse aspecto com a eficiência e a inovação nos processos. No contexto da PMGO, isso implica revisar rotinas, incorporar tecnologias como o BIM e capacitar gestores para atuarem tecnicamente e estrategicamente.

5. METODOLOGIA

O presente artigo científico se pontua numa análise exploratória, com método hipotético dedutivo desenvolvido por meio de uma pesquisa quali-quantitativa (Dezin e Lincoln, 2006),

utilizando-se qualitativamente da revisão bibliográfica (Lakatos e Marconi, 2010) como método de embasamento teórico e a análise documental (Yin, 2015) como fonte de obtenção de dados e aprofundamento das perspectivas acerca da realidade que enfatiza as obras estruturais dos quartéis de PMGO.

O universo de pesquisa consiste no interior de Goiás, na região norte, em que se situa o 18º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), com a amostra realizada precisamente na 7ª Companhia Independente de Polícia Militar – CPE local delimitado para o estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Lüdke e André, 2004) com gestores da Polícia Militar do Estado de Goiás, que são responsáveis por atividades relacionadas às obras de infraestrutura físicas, com o objetivo de identificar as melhores práticas para a execução de obras que proporcionem melhoria na qualidade de vida e segurança dos policiais. Além disso, analisou-se os efeitos positivos/negativos dessas obras e as formas mais eficazes de captação de recursos para a infraestrutura dos quartéis.

Além da revisão bibliográfica e das entrevistas, foi conduzido um estudo de caso (Yin, 2015), sobre boas práticas em obras públicas, com foco na infraestrutura dos quartéis pertencentes ao 18º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM). Esse estudo buscou compreender os impactos dessas ações na qualidade de vida e segurança dos policiais pertencentes a essas unidades. Para avaliar esses impactos, um questionário virtual foi aplicado, por meio de Planilha Google Docs via WhatsApp aos policiais militares pertencentes ao quartel *in loco* a fim de verificar se as melhorias estruturais influenciaram a qualidade de vida dos profissionais e se houve impacto positivo na prestação do serviço de segurança pública à população. Acrescentando à pesquisa uma análise quantitativa acerca da visibilidade dos próprios profissionais. Foi aplicado um questionário com 16 questões objetivas, nos meses de março e abril de 2025, a 51 policiais militares na CPE de Uruaçu.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como proposto, a presente pesquisa tem por objetivo expor, de forma acurada, dados e informações relevantes que evidenciam a influência da estrutura física de um quartel na qualidade de vida do policial militar. Para tanto, foram realizadas entrevistas com gestores do alto comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, bem como com policiais militares lotados na 7ª Companhia Independente de Policiamento Especializado/CPE – 18º CRPM (Comando Regional da Polícia

Militar), sediada em Uruaçu-GO, onde pretendeu-se captar a vivência prática dos usuários diretos dessas estruturas, verificando como as condições físicas impactam sua rotina, bem-estar e desempenho profissional. A combinação dessas duas abordagens permite uma análise mais abrangente e fundamentada sobre a gestão de obras nas unidades da corporação. Esta unidade foi adotada como estudo de caso, uma vez que foi recentemente construída e apresenta uma arquitetura moderna, fator que potencialmente impacta o bem-estar e a eficiência dos profissionais ali lotados. No que se refere à graduação e patente dos participantes, observou-se a seguinte distribuição: 17,6% são soldados, 37,3% cabos, 21,6% terceiros-sargentos, 7,8% primeiros-sargentos e 15,7% estão distribuídos entre subtenentes e tenentes.

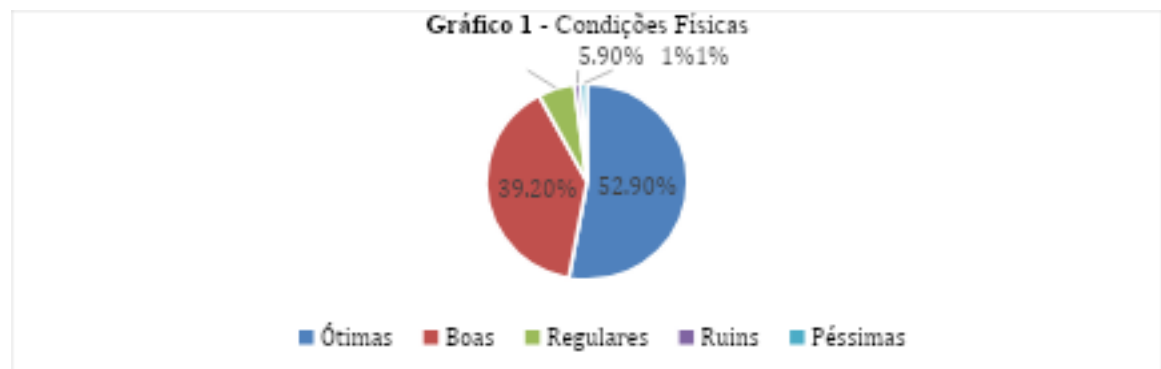
Quanto à formação acadêmica, 60,8% dos respondentes declararam possuir pós-graduação, 37,3% graduação e 1,9% ensino médio. Sendo, **98% são do sexo masculino e 2% do sexo feminino**. No que diz respeito à autodeclaração étnico-racial, 68,6% se identificaram como pardos, 11,8% como pretos, 17,6% como brancos e 2% como indígenas.

A faixa etária dos policiais militares entrevistados distribui-se da seguinte forma: 58,9% têm entre 26 e 35 anos, 33,3% entre 36 e 45 anos, e 7,8% entre 46 e 55 anos. Quanto ao tempo de serviço na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), 52,9% atuam entre 5 e 10 anos, 21,6% entre 11 e 20 anos, 13,7% há mais de 20 anos e 11,8% há menos de 5 anos.

A análise dos resultados fornecidos revela a percepção dos policiais militares sobre as instalações físicas da 7ª CIPM/18º CRPM, oferecendo uma visão concreta das condições de infraestrutura do local de trabalho. Esses dados são fundamentais para identificar pontos fortes e aspectos que ainda demandam melhorias.

De acordo com o Gráfico 1 a percepção quanto às condições físicas da unidade:

Gráfico 1 – Avaliação da infraestrutura física



Fonte: o autor (2025).

Cerca de 98% dos respondentes consideram o estado de conservação da sede como ótimo ou regular, indicando uma percepção positiva da estrutura física. Esse índice sugere um esforço contínuo na manutenção e organização do espaço, o que contribui para um ambiente profissional favorável e para a melhor qualidade de vida aos policiais militares que ali atuam.

Em relação às estruturas físicas, o Gráfico 2 apontou que: 86,3% avaliam que há uma boa manutenção predial, enquanto 72,5%, relatam a presença de instalações elétricas e hidráulica e 68,6% aprovam a instalações de segurança da unidade como eficientes, resultando em grande maioria uma aprovação positiva nesse quesito. O que pode sugerir que a estrutura física adequada das instalações é essencial para garantir o bem-estar e a saúde dos policiais, refletindo diretamente em sua motivação e desempenho.

Um ponto que merece atenção diz respeito ao ambiente adequado para o trabalho, com a presença de alojamentos, copa para as refeições, banheiro e etc, que recebeu uma **avaliação excelente por 84,3% dos respondentes**. Isso indica a necessidade de investimento em mobiliário mais confortável e ambientes adequados para o repouso entre turnos, visando à recuperação física e mental dos agentes.

No Gráfico 2, a percepção dos policiais militares quanto as estruturas e como elas são capazes de motivar os policiais militares as realizarem suas atividades fins notou-se que:

Gráfico 2 - Bem estar e motivação das equipes em relação ao ambiente físico.



Fonte: o autor (2025).

Cerca de 80,4% dos policiais militares avaliam as instalações físicas como um elemento crucial para sua motivação e bem-estar no ambiente de trabalho, enquanto 19,6% reconhecem essa influência de maneira parcial.

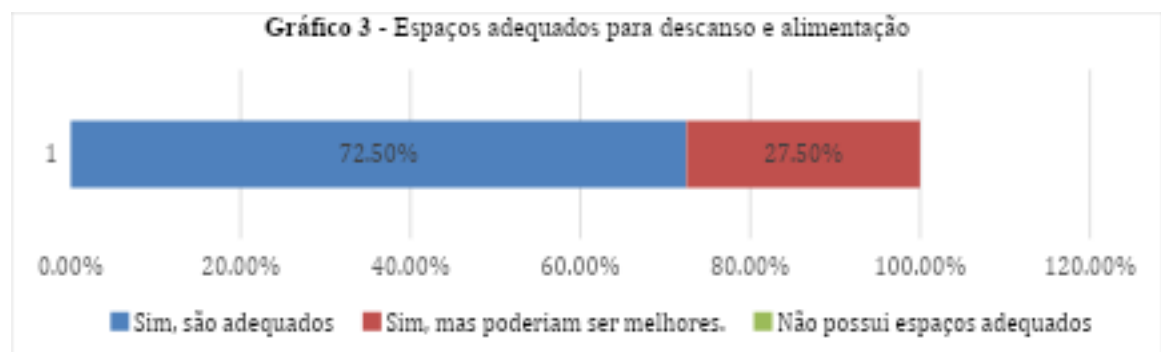
Essa maioria expressiva revela que as condições físicas do local de trabalho têm papel relevante na rotina dos profissionais da segurança, afetando diretamente aspectos como saúde mental e física, desempenho nas atividades e o ambiente organizacional.

O Entrevistado de nº 01, com função de gestão na área de licitações e construções de infraestruturas da PMGO, aduziu que: “um quartel adequado, impacta na qualidade de vida dos policiais militares que ali trabalham, oferecendo melhores condições de trabalho, ambientes mais saudáveis e seguros, além de maior eficiência nas operações, reduzindo riscos ocupacionais, promovendo bem-estar e motivação na tropa” e o Entrevistado 2 complementou tal perspectiva, enfatizando que “o ambiente deve ser adequado para promover a cultura organizacional”. Nota-se pelos resultados quantitativos e qualitativos que estruturas adequadas, novas, modernas, higienizadas e seguras contribuem para a diminuição do estresse, elevam a produtividade, reforçam o vínculo institucional e influenciam positivamente na forma como o serviço é prestado à população. Ademais, locais bem cuidados favorecem a redução de afastamentos por questões de saúde, possibilitando maior assiduidade e eficiência.

Assim, percebe-se que investir em infraestrutura vai além de uma necessidade física, sendo uma medida estratégica para aprimorar a atuação policial e garantir melhores condições de trabalho aos profissionais da corporação.

Em relação ao quartel (7ª CIPM/CPE) a adequação dos espaços para descanso e alimentação os policiais disseram o seguinte:

Gráfico 3 - Espaços adequados para descanso e alimentação.



Fonte: o autor (2025).

Cerca de 72,5% dos respondentes consideram que tais ambientes são devidamente estruturados e contribuem significativamente para a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, 27,7% reconhecem a existência desses espaços, porém avaliam que suas condições

poderiam ser aprimoradas. Esse dado é importante por ressaltar que a presença física de estruturas adequadas para descanso e alimentação é fundamental para a saúde física e mental dos policiais militares, especialmente diante das exigências e da rotina intensa da atividade policial. Estudos indicam que ambientes apropriados para pausas e refeições estão diretamente associados à redução de estresse ocupacional, ao aumento da satisfação no trabalho e à melhora do desempenho operacional (SILVA et al., 2020; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018).

Assim, investir na qualidade dessas estruturas não é apenas uma medida de conforto, mas uma estratégia eficaz de valorização profissional e de melhoria do serviço prestado à população.

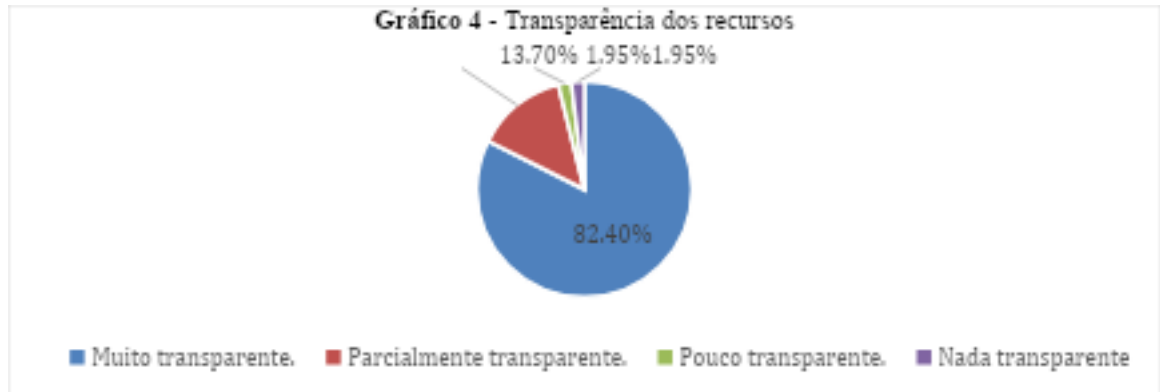
Sobre as questões inerentes aos recursos, se são suficientes para a manutenção e melhorias na infraestrutura do quartel tido como estudo de caso, **39,2% afirmaram que existem verbas, porém com limitações**; 29,4% informaram que os recursos estão sempre disponíveis, **25,5% consideraram insuficientes e 5,9% disseram não saber sobre o assunto.**

Com isso, nota-se que um agrupamento de respondentes de **68,6% apontando que os recursos são escassos ou não atendem plenamente às necessidades de manutenção.**

Nas três entrevistas realizadas, os gestores foram enfáticos que a dificuldade de captação de recursos atrasa a construção de infraestruturas dos quartéis, devendo ir à procura de outras fontes que ajudem a complementar o tesouro estadual.

Nesse contexto, segundo Chiavenato (2004), um ambiente organizacional adequado deve buscar atender às exigências físicas, emocionais e sociais dos trabalhadores, promovendo um equilíbrio que contribua para a sua qualidade de vida no trabalho. Dessa forma, investir na infraestrutura das unidades policiais é essencial para garantir não apenas a saúde e o bem-estar dos profissionais, mas também para assegurar a eficiência dos serviços oferecidos à população.

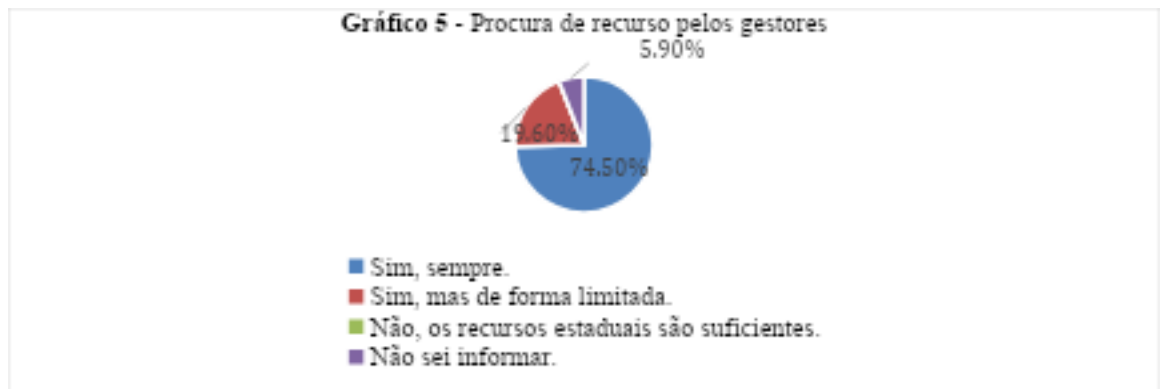
A percepção dos policiais sobre a transparência da gestão dos recursos que são destinados a infraestrutura do seu quartel aparece no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Transparência dos recursos.

Fonte: o autor (2025).

Cerca de **82,4%** dos respondentes classificaram a gestão da CPE Uruaçu, como **muito transparente**, enquanto 13,7% a consideraram parcialmente transparente. Este dado mostra que administração da CPE Uruaçu por meio da transparência na gestão de recursos é fundamental para garantir a eficiência e a integridade das obras realizadas nos quartéis da Polícia Militar de Goiás (PMGO). A ausência de mecanismos claros de controle e prestação de contas pode abrir espaço para práticas de corrupção e má administração. Essa percepção positiva reflete a importância de práticas administrativas baseadas na racionalidade legal, como defendido por Max Weber, para quem “a dominação legal se apoia na crença na legalidade das ordens estatutárias e no direito de mando daqueles chamados a exercer a autoridade” (WEBER, 2004, p. 154).

Para a busca de recursos, os gestores da polícia militar devem sempre estar atentos às formas diversas com o escopo de desonerar o tesouro estadual, neste contexto, os militares responderam conforme o gráfico apresentado:

Gráfico 5 - Procura de recursos pelos gestores.

Fonte: autor (2025)

Conforme apresentado, **74,5% dos respondentes indicaram que os gestores da CPE buscam, de forma contínua, recursos provenientes de fontes alternativas ao Tesouro Estadual**; 19,6% apontaram que essa busca ocorre de maneira limitada, enquanto 5,9% declararam não ter opinião formada sobre o assunto.

Ressalta-se que a diversificação das fontes de financiamento é fundamental para a manutenção das estruturas físicas dos quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), uma vez que contribui para a sustentabilidade das unidades operacionais e reduz a dependência exclusiva do erário estadual. Assim, torna-se imprescindível que o gestor adote uma postura proativa na captação de recursos externos, a fim de desonerar o Tesouro Estadual e garantir a continuidade dos serviços com qualidade e eficiência.

O entrevistado nº 02, relatou que fontes de financiamentos diversos podem ser utilizadas, entre elas: orçamento estadual destinado a PMGO, emendas parlamentares, recursos provenientes de convênios com órgãos públicos, prefeituras e outros, provenientes da Justiça estadual, federal e Ministério Público e de parceiros privados.

Nesse sentido, Kaplan e Norton (2004) destacam que os recursos financeiros devem ser geridos estrategicamente, pois representam um dos pilares essenciais para a criação de valor nas organizações, influenciando diretamente sua capacidade de alcançar os objetivos institucionais.

Nesse contexto, a observância dos parâmetros normativos no quartel pesquisado, alcançam 82,4% dos respondentes que afirmaram que o padrão arquitetônico está completamente padronizado de acordo com as normas de identidade visual da PMGO, enquanto 13,7% declararam que essa padronização ocorre apenas de forma parcial, conforme as diretrizes estabelecidas.

Ressalta-se que a adoção de uma identidade visual padronizada não apenas contribui para a uniformidade e organização institucional, como também fortalece o senso de pertencimento entre os militares, promovendo coesão, disciplina e o reconhecimento imediato da corporação pela sociedade. Como destaca Costa (2011, p. 47), “a identidade visual é um elemento essencial na consolidação da imagem institucional, pois comunica, de forma direta e simbólica, os valores, a missão e a cultura de uma organização”.

Abaixo, temos a Figura 1 que ilustra a 7ª CIPM/18º CRPM – CPE que segue a identidade visual segundo a doutrina e regimento da PMGO:

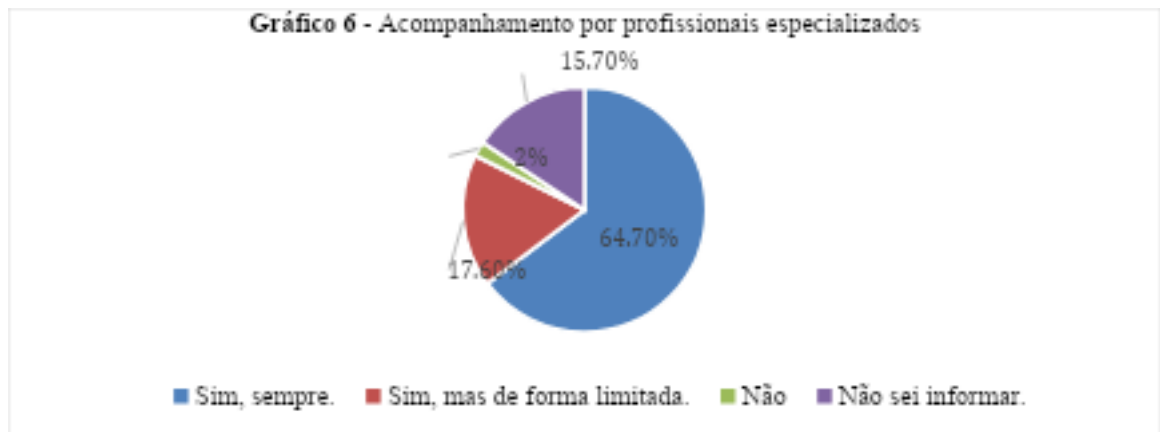
Figura 1 – Foto da 7ª CIPM/18º CRPM – CPE Uruaçu



Fonte: o autor (2025)

Esta imagem simboliza como as obras nos quartéis devem ser acompanhadas por profissionais especializados, capazes de conduzir os trabalhos de manutenção e construção das instalações físicas e como elas também ajudam a assegurar a qualidade de vida num ambiente laboral. Neste, tendo os policiais militares respondido conforme o Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6 - Acompanhamento por profissionais especializados.



Fonte: autor (2025)

Percebe-se que 64,7% dos respondentes informaram que as manutenções e obras em suas unidades são sempre acompanhadas por profissionais especializados, enquanto 17,6% afirmaram que sim, porém de forma limitada.

A presença de engenheiros e arquitetos no acompanhamento das obras e manutenção das infraestruturas físicas é de fundamental importância, uma vez que esses profissionais possuem o conhecimento técnico necessário para garantir a segurança, a funcionalidade e a durabilidade das instalações.

Ao analisar o processo SEI de nº 202200002141951, o qual consta os documentos inerentes a prestação de contas da construção da CPE Uruaçu, verificou-se que foram gastos R\$ 452.325,28 centavos, recursos captados de diversos entes, como: Judiciário federal e estadual, Ministério Público, prefeituras e parcerias público privada. Tal obra, tida como estudo de caso demonstra que os recursos públicos quando bem aplicados, com moralidade e legalidade e as obras públicas quando acompanhadas por profissionais especializados são capazes de proporcionar excelentes estruturas que geram qualidade de vida aos policiais militares.

A pesquisa nos processos acima demonstrou que a procura por diversas fontes de recursos é essencial para o bom andamento de qualquer obra de infraestrutura nos quartéis da PMGO.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com 51 policiais militares da 7ª Companhia de Policiamento Especializado (CPE), vinculada ao 18º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás, possibilitou uma análise abrangente da percepção dos profissionais quanto às condições de infraestrutura da unidade localizada em Uruaçu. Os resultados revelam avaliação majoritariamente positiva, com destaque para conservação predial, instalações elétricas, hidráulicas e de segurança, além da adequação dos espaços de descanso e alimentação. Cerca de 98% dos respondentes classificaram o estado de conservação como ótimo, bom ou regular, refletindo o esforço institucional em manter a infraestrutura adequada ao exercício da atividade policial.

A pesquisa apontou que 80,4% associam a qualidade das instalações à motivação no trabalho, reforçando a importância estratégica da infraestrutura no desempenho profissional. Ambientes de apoio, como alojamentos e copa, foram avaliados positivamente por 84,3%, destacando sua relevância para a recuperação física e mental da tropa. No entanto, a escassez de recursos ainda é um desafio: 68,6% consideram as verbas insuficientes. Assim, reforça-se a necessidade de diversificação de fontes de financiamento, como emendas parlamentares e parcerias público-privadas.

Adicionalmente, 82,4% destacaram a transparência na gestão e a padronização arquitetônica como positivas. A presença de profissionais técnicos nas obras, embora parcial, deve ser intensificada. Recomenda-se ampliar investimentos via políticas públicas integradas, uso da metodologia BIM e respeito à identidade visual da PMGO. A valorização da infraestrutura deve ser encarada como vetor de qualidade de vida no trabalho e melhoria contínua no serviço prestado à sociedade. O Anexo 4 apresenta um guia prático para orientar gestores nos trâmites de obras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. S. O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 90-101, jan./jun. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 2, de 15 de fevereiro de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 fev. 2010. Disponível em: <https://campanhanaweb.com.br/acsmce-antigo/wp-content/uploads/2012/09/portaria-interministerial-n%C2%BA-02.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.107, de 29 de junho de 2022. **Institui o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública.** Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. **Dispõe sobre a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRUCKER, P. F. Administração em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 2002.

DRUCKER, P. F. The progress of management. *Irwin*, 1998.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Strategy maps: converting intangible assets into tangible outcomes. Boston: Harvard Business School Press, 2004.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing: a bíblia do marketing*. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTOS, A. D. *Planejamento e controle de obras*. São Paulo: Pini, 2010.

OLIVEIRA, M.; FERREIRA, D. *Infraestrutura de apoio em unidades operacionais: implicações para o desempenho policial*. *Revista de Segurança Pública*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 75-89, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. *Planejamento estratégico*. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional*. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

SILVA, J.; SANTOS, C.; MORAES, F. *Qualidade de vida no trabalho policial: fatores de estresse e estratégias de enfrentamento*. *Revista Brasileira de Psicologia Organizacional*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 45-60, 2020.

SILVA, W. C. da et al. *Strategic planning: a conceptual model for small and midsize cooperatives*. Agricultural Cooperative Service, ACS Research Report 112, fev. 1993.

WEBER, M. *O que é a burocracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2004. v. 1.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO VIRTUAL

Prezado senhor(a), a Secretaria de Segurança Pública e a Universidade Estadual de Goiás – UEG, através do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, está realizando pesquisa sobre a Gestão de infraestrutura física nos quartéis da PMGO: Desafios e práticas legais, tendo como aluno e autor do artigo científico o Capitão QOPM Marcos Antônio Lira e orientadora a Professora e Doutora Reycilane Carvalho Silva.

Através deste questionário a pesquisa procura obter informações de forma mais ampla e aprofundada para a composição do artigo científico acima, sobre a gestão de obras nos quartéis da Polícia Militar do Estado de Goiás que exige planejamento estratégico, eficiência, inovação e o cumprimento rigoroso das normas de licitação. Diante dos recursos limitados e da necessidade de estruturas adequadas para garantir a qualidade de vida dos policiais militares, os gestores enfrentam desafios que devem ser superados por meio de boas práticas de gestão, incluindo a busca por recursos alternativos a fim de desonerar o tesouro estadual.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as emendas parlamentares são opções viáveis para a criação de um ambiente de trabalho digno, proporcionando satisfação e motivação aos agentes militares por meio de estruturas modernas. Dessa forma, o impacto positivo dessas melhorias nas estruturas físicas dos quartéis, ressaltam a melhoria da qualidade de vida dos profissionais, o que reflete diretamente no serviço prestado à sociedade objetivando maior eficiência e qualidade.

A colaboração do senhor(a) é muito importante para a pesquisa e gostaríamos de poder contar com sua participação.

Antes de iniciar o preenchimento do questionário, gostaríamos de transmitir algumas informações importantes.

a. O questionário não possui campos para identificação pessoal (como nomes ou números de registro funcional) o que serve para garantir seu anonimato no preenchimento das informações.

b. O preenchimento com as respostas poderá ser disponibilizado e enviado automaticamente após a confirmação das respostas.

C. Confirmamos que o teor das informações repassadas são sigilosas.

D. Para qualquer dúvida entrar em contato pelo e-mail: marcosantoniolira.lira@yahoo.com.br.

Seção 1: Perfil do Respondente

1. Qual o seu posto ou graduação na Polícia Militar de Goiás?

2. Qual a sua formação acadêmica?

a) Ensino Fundamental

b) Ensino Médio

c) Graduação

- d) Pós-graduação
- e) Mestrado
- f) Doutorado
- g) Pós-doutorado

3. Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

4. Como você se autodeclara em relação à sua cor ou raça?

- a) Branca
- b) Preta
- c) Parda
- d) Amarela
- e) Indígena
- f) Prefiro não responder

5. Qual a sua idade?

- Até 25 anos
- De 26 a 35 anos
- De 36 a 45 anos
- De 46 a 55 anos
- Acima de 55 anos

6. Há quanto tempo você atua na Polícia Militar do Estado de Goiás?

- a) Menos de 5 anos
- b) De 5 a 10 anos
- c) De 11 a 20 anos
- d) Mais de 20 anos

Seção 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida

7. Como você avalia as condições físicas do quartel onde trabalha?

- a) Ótimas
- b) Boas
- c) Regulares
- d) Ruins
- e) Péssimas

8. Quais das estruturas físicas abaixo estão presentes no quartel onde você atua? (Marque todas as que se aplicam)

- Boa manutenção predial
- Instalações elétricas e hidráulicas eficientes
- Mobiliário e equipamentos adequados
- Acessibilidade para pessoas com deficiência
- Ambiente adequado para o trabalho, com alojamentos, copa, banheiros etc.
- Instalações de segurança eficientes (portão eletrônico, câmeras, etc.)
- O quartel está em conformidade com todos os itens acima
- Outros: _____

9. O ambiente físico do seu quartel contribui para o bem-estar e a motivação da equipe?

- a) Sim, muito
- b) Parcialmente
- c) Pouco
- d) Não contribui

10. O quartel onde você trabalha possui espaços adequados para descanso e alimentação dos policiais?

- a) Sim, plenamente adequados
- b) Sim, mas poderiam ser melhores
- c) Não são adequados
- d) Não existem esses espaços

Seção 3: Recursos e Gestão

11. Você considera que há recursos suficientes para a manutenção e melhorias da infraestrutura do seu quartel?

- a) Sim, sempre
- b) Sim, mas de forma limitada
- c) Não, os recursos são insuficientes
- d) Não sei informar

12. Como você avalia a transparência na gestão dos recursos destinados à infraestrutura dos quartéis?

- a) Muito transparente
- b) Parcialmente transparente
- c) Pouco transparente
- d) Nada transparente

Seção 4: Identidade Visual e Padrões Arquitetônicos

13. O quartel onde você trabalha segue um padrão arquitetônico e de identidade visual da Polícia Militar do Estado de Goiás?

- a) Sim, completamente padronizado
- b) Parcialmente padronizado
- c) Não segue padrão
- d) Não sei informar

14. Os oficiais gestores de sua unidade militar, ao realizar construções ou reformas, buscam recursos além dos repasses do Tesouro Estadual?

- a) Sim, sempre
- b) Sim, mas de forma limitada
- c) Não, os recursos estaduais são suficientes
- d) Não sei informar

15. Você sabe se as obras realizadas em seu quartel são acompanhadas por profissionais especializados, como engenheiros ou arquitetos?

- a) Sim, sempre
- b) Sim, mas de forma limitada
- c) Não
- d) Não sei informar

16. As instalações físicas da sua unidade militar pertencem à Polícia Militar do Estado de Goiás?

- a) Sim
- b) Não, pertencem ao Município (imóvel alugado ou cedido)
- c) Não, pertencem à União (imóvel cedido)
- d) Não sei informar

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

1. Planejamento e Execução de Obras

1. O que o senhor considera como os principais critérios a serem pensados no planejamento de uma reforma ou construção de um quartel?
2. O que o senhor considera como critérios mais prejudiciais à execução de obras nos quartéis da Polícia Militar de Goiás?

2. Impactos na Qualidade de Vida e Segurança

2. Como o senhor pensa que a infraestrutura dos quartéis influencia na qualidade de vida e na segurança dos policiais militares?
3. Existem exemplos que o senhor conhece de casos concretos de melhorias na qualidade de vida e segurança dos policiais após a realização de obras em unidades da PMGO?

3. Avaliação dos Efeitos Positivos e Negativos

4. Quais foram os principais efeitos positivos observados após a implementação de novas infraestruturas nos quartéis que o senhor participou da gestão?

5. Como gestor da PMGO, o senhor presenciou os desafios ou impactos negativos que surgiram durante ou após a realização dessas obras? E como eles foram gerenciados?

4. Gestão de Recursos e Captação de Investimentos

6. Quais as principais fontes de financiamento utilizadas pelo Senhor para viabilizar obras nos quartéis da PMGO?

7. Quais estratégias o senhor considera como mais eficazes para captação de recursos? Órgãos públicos ou privados?

5. Melhores Práticas e Inovações

8. Quais boas práticas o Senhor destaca na execução de obras que poderiam ser replicadas em outras unidades?

9. O senhor considera o uso de novas tecnologias ou metodologias inovadoras para otimizar a infraestrutura dos quartéis e reduzir custos?

6. Perspectivas Futuras

10. O que o senhor considera como as principais necessidades de infraestrutura que ainda precisam ser atendidas e quais projetos estão sendo planejados para o futuro?

ANEXO 3

Passo a Passo para Construção ou Reforma de um Quartel da PMGO

1. Levantamento de Necessidades e Justificativa

Objetivo: Identificar as necessidades operacionais e estruturais da unidade.

Ações:

- a) Entrevistas com gestores da PMGO.
- b) Análise de documentos institucionais.
- c) Identificação de áreas críticas e demandas específicas.

2. Levantamento Topográfico e Estudo Preliminar

Objetivo: Avaliar as condições do terreno e viabilidade do projeto.

Ações:

- a) Contratação de empresa especializada para levantamento topográfico
- b) Análise de fatores como acessibilidade, drenagem e infraestrutura existente.

3. Elaboração do Projeto Arquitetônico e Complementares

Objetivo: Desenvolver o projeto técnico detalhado da obra.

Ações:

- a) Contratação de profissionais habilitados (arquitetos e engenheiros).
- b) Desenvolvimento de plantas baixas, cortes, elevações e detalhes construtivos.
- c) Elaboração de projetos complementares: estrutural, elétrico, hidrossanitário e prevenção contra incêndio.
- d) Produção de memorial descritivo e planilhas orçamentárias.

4. Captação de Recursos

4.1 Emendas Parlamentares Estaduais

Objetivo: Obter recursos por meio de emendas parlamentares estaduais.

Ações:

- a) Cadastro da PMGO no sistema Emendas GO da Secretaria de Relações Institucionais (Serint).
- b) Elaboração de plano de trabalho detalhado.
- c) Encaminhamento de ofício aos deputados estaduais solicitando a inclusão da obra nas emendas.
- d) Acompanhamento do processo no sistema Emendas-GO.

4.2) Emendas Parlamentares Federais

Objetivo: Captar recursos por meio de emendas parlamentares federais.

Ações:

- a) Identificação de deputados e senadores federais com interesse na área de segurança pública.
- b) Elaboração de projeto técnico e justificativa.
- c) Contato com os parlamentares para apresentação do projeto.
- d) Submissão do projeto aos ministérios competentes (ex: Ministério da Justiça).

4.3) Judiciário Estadual e Federal

Objetivo: Buscar recursos por meio de parcerias com o judiciário.

Ações:

- a) Identificação de programas de responsabilidade social do poder judiciário.
- b) Elaboração de projeto alinhado às diretrizes do programa.
- c) Submissão do projeto ao tribunal competente.
- d) Acompanhamento do processo e prestação de contas.

4.4 Prefeituras Municipais

Objetivo: Obter apoio financeiro e logístico das prefeituras.

Ações:

- a) Identificação de prefeituras com interesse em apoiar a PMGO.
- b) Apresentação do projeto e benefícios para a comunidade.
- c) Solicitação de apoio financeiro ou disponibilização de recursos humanos e materiais.
- d) Formalização de parcerias por meio de convênios ou termos de cooperação.

4.5 Estado de Goiás

Objetivo: Buscar recursos diretamente do governo estadual.

Ações:

- a) Apresentação do projeto à Secretaria de Segurança Pública de Goiás.
- b) Solicitação de inclusão da obra no orçamento estadual.
- c) Acompanhamento do processo junto à Secretaria da Fazenda.
- d) Formalização de convênios ou termos de compromisso.

4.6) Iniciativa Privada

Objetivo: Captar recursos por meio de parcerias com empresas privadas.

Ações:

- a) Identificação de empresas com interesse em responsabilidade social.
- b) Elaboração de proposta de parceria, destacando benefícios para a imagem da empresa.
- c) Apresentação da proposta às empresas selecionadas.
- d) Formalização de parcerias por meio de contratos ou termos de cooperação.

5. Aprovação nos Órgãos Competentes

Objetivo: Obter as licenças necessárias para execução da obra.

Ações:

- a) Submissão do projeto à Prefeitura Municipal para análise e aprovação.
- b) Obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), quando aplicável.
- c) Cumprimento das normas técnicas da ABNT e legislações municipais e estaduais pertinentes.

6. Licitação e Contratação da Execução

Objetivo: Selecionar a empresa responsável pela obra.

Ações:

- a) Publicação de edital de licitação (ex: Pregão Eletrônico).
- b) Análise e julgamento das propostas.
- c) Assinatura do contrato com a empresa vencedora.

8. Execução da Obra

Objetivo: Construir ou reformar a unidade conforme o projeto aprovado.

Ações:

- a) Mobilização de canteiro de obras.